



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN, Trecho 02, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/DF CEP: 70.818-900
Tel.: (061) 3316.1292; Fax: (061) 3307.1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 1203/2010/DILIC/IBAMA

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

A Sua Senhoria o Senhor
AMILCAR GONÇALVES GUERREIRO
Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais
Empresa de Pesquisa Energética - EPE
Av. Rio Branco, 1 – 11º andar
CEP 20.090-003 – Rio de Janeiro – RJ - Fone/Fax: (21) 3512-3293/3199

Assunto: **Licença Prévia nº386/2010 - UHE Teles Pires e demais exigências.**
Ref.: **Processo IBAMA nº 02001.006711/2008-79**

Senhor Diretor,

1. Encaminho a Licença Prévia nº386/2010 referente à UHE Teles Pires, informo que, além das condicionantes presentes na citada licença, o responsável pelo empreendimento deverá seguir as determinações dispostas a seguir:
2. **Relativas aos Programas do Meio Físico:**
 - a) Tratamento com cortina de injeção de impermeabilização para as estruturas de concreto, muros e barragem de enrocamento com núcleo.
 - b) Detalhar a forma de tratamento de efluentes, garantindo o descarte em condições adequadas, em conformidade com a legislação vigente.
 - c) Propor técnicas para o controle dos efeitos causados pelo contínuo trânsito de equipamentos em períodos de solos saturados.
 - d) Prever o monitoramento as vibrações no solo e o ruído no ar decorrentes das detonações nas obras civis.
 - e) Prever medições do nível de pressão sonora, segundo os requisitos da norma ABNT NBR 10151, de forma a corroborar a informação prevista no quadro 4.1.4-1 do volume 5 do EIA;
 - f) Incluir no Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais Sujeitas a Processos Erosivos medidas mitigadoras relativas aos

Processos Erosivos e de Carreamento de Sedimentos, com abrangência até a foz do rio Apiacás.

g) Considerar a localização de atividades de risco, como as áreas de armazenamento de combustíveis e de manutenção, lavagem e abastecimento de veículos, para a implantação de poços de monitoramento.

h) Realizar campanhas quadrimestrais de coleta de amostras e análises químicas das águas subterrâneas, de modo a permitir o acompanhamento durante a implantação do empreendimento até a estabilização do lençol freático.

i) Prever ponto de monitoramento no Assentamento São Pedro para garantir a qualidade de consumo d'água. Sugere-se o monitoramento de um dos poços já perfurados pelos assentados como parâmetro para comparação da qualidade d'água, sendo realizadas campanhas, antes, durante e após o enchimento do reservatório.

j) Incorporar, no âmbito do Programa Monitoramento Hidrossedimentológico, a evolução das características químicas do sedimento, fração total e <62 µm, permitindo o acompanhamento das características granulométricas do sedimento depositado, correlacionando os resultados com as análises físico-químicas para monitoramento da qualidade de águas superficiais.

k) Avaliar e propor medidas de ampliação da vida útil do empreendimento, uma vez que completada a sedimentação do volume morto aumenta o risco associado à manutenção das turbinas e a limpeza da grade de proteção da tomada d'água, não havendo garantias de que o empreendimento seja viável economicamente a longo prazo.

3.

Relativas aos Programas do Meio Biótico:

a) A proposta de criação de unidade de conservação deve considerar a presença de corredores ecológicos conectando as diversas áreas protegidas da região e a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção

b) Avaliar o uso da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório como área de reprodução e alimentação para *Chelonoidis denticulata*, com monitoramento permanente, iniciando antes da implantação do empreendimento e estendendo-se durante a toda a fase de operação.

c) Apresentar, no âmbito do Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório, alternativas para absorção e destinação do material lenhoso, sobretudo de galhos e de espécies e árvores não comerciais, incorporando ao programa estudos que avaliem a capacidade de absorção pelo mercado consumidor local/regional do volume de madeira a ser disponibilizado pelas atividades de supressão de vegetação, com o objetivo de maximizar o aproveitamento desse produto.

d) Apontar, no âmbito do Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas, espécies prioritárias para o resgate, considerando aquelas de interesse socioeconômico e de pesquisa; espécies e populações de importância funcional na área a ser inundada; espécies a serem utilizadas no programa de recomposição florestal; e espécies endêmicas, raras, ameaçadas, medicinais, frutíferas e ornamentais.

e) Seguir orientações do Projeto Quelônios da Amazônia para a conservação da espécie *Podocnemis unifilis* na região da bacia do rio Teles Pires

f) Realizar um estudo voltado para a coleta e o monitoramento das espécies exóticas de moluscos da região, antes e depois do fechamento da barragem, a fim de verificar o aumento em sua distribuição e abundância, para avaliar seus impactos econômicos e ambientais.

g) Avaliar a necessidade de apoio aos órgãos de defesa agropecuária e secretarias de saúde para divulgação de informações sobre a biologia e manejo das espécies de morcegos hematófagos e necessidade de vacinação preventiva do gado bovino contra raiva parálitica.

h) Todos os programas devem seguir a IN IBAMA nº 146/2007 e demais legislações específicas.

i) Para todos os programas de monitoramento deve-se buscar parceria com instituições de pesquisa.

j) Monitorar as espécies ameaçadas de extinção seguindo os programas específicos de conservação, quando houver.

k) Incluir no Programa de Monitoramento da Avifauna as espécies *Threnetes leucurus* e *Primolius maracanã*.

l) Incluir no programa de Monitoramento de Quirópteros a espécie *Neonycteris pusilla*

m) Incluir no Programa de Monitoramento de Primatas as espécies *Ateles chamek* e *Chiropotes albinasus* e *Ateles marginatus*.

n) Considerar na elaboração do Programa de Compensação Ambiental todos os documentos apresentados ao Ibama, registrados no processo administrativo 02001.006711/2008 e as sugestões apresentadas durante as audiências públicas.

4.

Relativas aos Programas do Meio Socioeconômico:

a) Prever no âmbito do Programa de Interação e Comunicação Social:

b) O desenvolvimento de atividades *in loco* para esclarecimentos com a população diretamente atingida do tipo "plantão de informações";

c) O estabelecimento de canais gratuitos para receber questionamentos acerca do processo de remanejamento – sistema telefônico, inserção em rádios.

d) Apresentar proposta de gerenciamento do histograma de contratação, privilegiando a manutenção dos profissionais contratados, mesmo que seja necessário capacitá-lo em mais de uma função na obra, visando a redução do fluxo populacional.

e) Realizar, no âmbito do Programa de Educação Ambiental, campanhas educativas para orientar os trabalhadores da obra, bem como prever e aplicar medidas de sanção aos trabalhadores que se envolverem com prostituição e exploração sexual infantil.

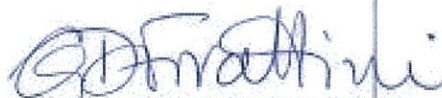
f) Desenvolver, em parceria com os municípios afetados (Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga), atividades de modernização da administração municipal (capacitação e infraestrutura organizacional), visando o aproveitamento socialmente eficiente dos recursos gerados pela implantação do empreendimento.

g) Formular um plano de ação para o cenário de pós-obra, detalhando as medidas de planejamento e intervenção necessárias e entre elas as de suas responsabilidades, para que esse impacto seja minimizado.

h) Desenvolver ações para adequação e continuidade das atividades minerárias possíveis na área do reservatório.

i) As recomendações expostas acima deverão ser observadas pelo futuro empreendedor na formulação e execução dos Programas Ambientais e Medidas de Controle Ambiental.

Atenciosamente,



GISELA DAMM FORATTINI
Diretora de Licenciamento Ambiental